O TRISTE ESPÓLIO, O MISTERIOSO DESAPARECIMENTO E O GLORIOSO TRIUNFO DO INTERACIONISMO SIMBÓLICO

RESUMO

O interacionismo simbólico mudou no decurso das duas últimas décadas, tanto nos tópicos examinados pelos profissionais como em sua posição dentro da disciplina. Anteriormente considerados partidários de uma perspectiva marginal oposicionista, que confrontava a abordagem positivista e quantitativa da linha majoritária da sociologia, os interacionistas simbólicos descobrem agora que muitos dos seus conceitos nucleares foram aceitos. Simultaneamente, o seu cerne como comunidade intelectual ficou enfraquecido pela diversidade de interesses daqueles que se auto-identificam com a perspectiva. Examino aqui quatro processos que conduziram a essas mudanças: fragmentação, expansão, incorporação e adoção. Descrevo depois o papel do interacionismo simbólico em três dos maiores debates que confrontam a disciplina: o debate macro–micro, o debate estrutura/agência, e o debate realista social/interpretacionista. Discuto seis arenas empíricas para as quais os interacionistas contribuíram relevantemente: a teoria da coordenação social, a sociologia das emoções, o construcionismo social, a teoria do *self* e da identidade, a pesquisa macrointeracionista e a pesquisa aplicada a políticas relevantes. Concluo tecendo especulações sobre o futuro papel do interacionismo.

Gary Alan Fine
Northwestern University

ABSTRACT *Symbolic interactionism has changed over the past two decades, both in the issues that practitioners examine and in its position within the discipline. Once considered adherents of a marginal oppositional perspective, confronting the dominant positivist, quantitative approach of mainstream sociology, symbolic interactionists find now that many of their core concepts have been accepted. Simultaneously their core as an intellectual community has been weakened by the diversity of interests of those who self-identify with the perspective. I examine here four processes that led to these changes: fragmentation, expansion, incorporation, and adoption. I then describe the role of symbolic interactionism in three major debates confronting the discipline: the micro/macro debate, the structure/agency debate, and the social realist/interpretivist debate. I discuss six empirical arenas in which interactionists have made major research contributions: social coordination theory, the sociology of emotions, social constructionism, self and identity theory, macro-interactionism, and policy-relevant research. I conclude by speculating about the future role of interactionism.*

PALAVRAS-CHAVE Teoria, psicologia social, sociologia do conhecimento, história da sociologia, métodos qualitativos.
KEYWORDS *Theory, social psychology, sociology of knowledge, history of sociology, qualitative methods.*

INTRODUÇÃO

Uma estratégia padrão dos autores de livros-texto é dividir a sociologia em três partes: funcionalismo, teoria do conflito e interacionismo simbólico. Sem falar das justificativas contemporâneas dúbias das duas primeiras partes, o que fazer com a última, no nosso *fin de siècle*? Onde localizar a interação simbólica – essa abordagem sociológica especificamente americana, grandemente decorrente das interpretações dos ensinamentos de George Herbert Mead, mencionada por Herbert Blumer, há mais de meio século;[1] inspirada pelos escritos de William James, John Dewey e Charles Horton Cooley; e dotada de um lar acadêmico na primeira metade do século XX, na Universidade de Chicago, por iniciativa de Robert Park, W. I. Thomas e Everett Hughes? A interação simbólica tornou-se excessivamente fragmentada ou foi incorporada à sociologia, ou triunfou ao transformar a disciplina? Como meu título sugere, todas as três são parcialmente verdadeiras.[2]

Devido à sua tradição intelectual, à sua infra-estrutura organizacional e à atividade de seus pesquisadores, a interação simbólica ainda está muito viva para merecer um epitáfio. Estacionária, a interação simbólica não é o que costumava ser. Ocupa hoje, na sociologia, um lugar muito diferente daquele de há 20 anos, quando era rotulada "oposição leal" (Mullins, 1973), uma postura imediatamente reconhecível como sociopsicológica, subjetivista, micro e qualitativa. Tal visão sugeria que o interacionismo era meramente reativo, e incapaz de criar uma nova visão. Qual é o lugar da interação simbólica na sociologia contemporânea, e qual é o papel que dela se espera no futuro?

A NOVA APARÊNCIA DO INTERACIONISMO

Fragmentação, expansão, incorporação e adoção. Todos esses processos alteraram o caráter da interação simbólica, de uma rígida rede social com nítido foco teórico e de pesquisa para um programa com um *slogan* que, de forma crescente, mascara certa incoerência, programa cujo núcleo foi de início aceito e depois admitido como verdade indiscutível pela disciplina.

Fragmentação

Nas primeiras décadas do desenvolvimento do interacionismo simbólico, seus temas centrais foram lucidamente apresentados, fáceis de serem estereotipados. Esses estereótipos, como são discutidos abaixo, tinham alguma validade. Herbert Blumer, juntamente com seus colegas da Universidade de Chicago e com estudantes de outras localidades, articulou a perspectiva do interacionismo simbólico e, efetivamente, policiou suas fronteiras. O interacionismo, como qualquer orientação teórica nova, possuía raízes intelectuais profundas e variadas (e.g. Stryker, 1980; Shalin, 1984, Lewis e Smith, 1980; Rochbcrg-Halton, 1987), porém havia uma concordância geral acerca de sua ascendência imediata. Embora não existisse unanimidade com respeito às implicações dos escritos de George Herbert Mead (e.g. Miller, 1973; Cottrell, 1980), a fonte principal do interacionismo simbólico – e o significado de Mead para muitos interacionistas – eram os textos e os ensinamentos de Herbert Blumer. Para muitos, Herbert Blumer era *o* interacionismo simbólico. Depois da Segunda Guerra Mundial, a coorte de estudantes pós-graduados da Universidade de Chicago expandiu-se imensamente. Esses estudantes, muitos deles profundamente influenciados por Blumer e também por Everett Hughes, representavam uma nova geração de acadêmicos que durante a carreira aprofundaram, expandiram e transformaram o interacionismo, contribuindo com importantes estudos empíricos e iniciando o processo de exploração de novos modelos de crítica cultural e social (Denzin, 1992, p. 10-13).

Simultaneamente, um grupo menor de interacionistas foi treinado na Universidade de Iowa sob a liderança de Manford Kuhn. Kuhn enfatizava as hipóteses testáveis do conceito de Mead sobre o *self* localizado (*situated self*) freqüentemente por meio de questionários como o Twenty Statements Test (e.g. Kuhn e McPartland, 1954). Em conseqüência, os autores de livros-texto dividiram o interacionismo em Escola de Chicago e Escola de Iowa. Essa divisão era fácil, mas enganosa, especialmente depois da morte de Kuhn e do declínio de interesse pelo Twenty Statements Test, e das mudanças da sociologia em Chicago. A Escola de Chicago estava dividida entre aqueles que enfatizavam os interesses empíricos de Everett Hughes e os que construíam sobre a infra-estrutura teórica de Blumer. Depois da morte de Kuhn, a Escola de Iowa passou a representar um papel menor na interação simbólica, até ser reformulada por Carl Couch e seus estudantes.

A reorientação da sociologia, no final da década de 1960, para uma disciplina mais aberta a visões críticas e qualitativas conduziu a perspectivas que aceitavam como dados – em grau maior ou menor – as doutrinas-chave do interacionismo. A interação simbólica servia como um lar conveniente e acolhedor para mui-

tos descontentes da sociologia, frustrados pela ortodoxia funcionalista. Ademais, quando os interacionistas treinados no final da década de 1940 e durante a de 1950 desenvolveram seus próprios dialetos e treinaram estudantes, a amplitude qualitativa e o alcance de interpretação das abordagens se expandiram, sobretudo quando alguns estudantes receberam treinamento interacionista puro.

A cada geração, as crenças nucleares do interacionismo vão se turvando, muito embora permaneçam alguns componentes do interacionismo, que muitos dos que se filiam a essa perspectiva mantêm, particularmente a ampla aceitação das três premissas clássicas de Blumer (1969, p. 2) sobre interação simbólica: que conhecemos as coisas pelos seus significados, que os significados são criados pela interação social, e que os significados mudam pela interação.

A dispersão dos centros institucionais de treinamento interacionista – Iowa e Chicago, e mais tarde San Diego – militava contra um amplo consenso sobre um conjunto central de conceitos, além de amplas premissas. Simbolicamente, a morte de Herbert Blumer, em 1986, encerrou o capítulo no qual se poderia dizer que o interacionismo teve uma identidade nítida. Embora nunca tenha fornecido uma proposição sistemática da crença interacionista, Blumer servia como árbitro acerca do que o interacionismo simbólico realmente significava (e.g. Blumer, 1980). Mesmo que nem todos aceitassem sua interpretação (e.g. McPhail e Rexroat, 1979; Stryker, 1981), rejeitá-la significava rejeitar o interacionismo simbólico "blumeriano".

Num certo momento, o interacionismo pode ter tido uma reputação merecida – paroquial e congênita –, mas já não a merece. Em seu período pós-blumeriano, o interacionismo poderia ser chamado de intelectualmente promíscuo. Os interacionistas contemporâneos mesclam seu interesse no interacionismo clássico – microssociológico, não estatístico, fortemente relativista e orgulhosamente antipositivista – com virtualmente todas as tradições sociológicas. Conseqüentemente, os interacionistas integraram à abordagem blumeriana pontos de vista teóricos ligados a Durkheim, Simmel, Weber, Freud, Habermas, Baudrillard, Wittgenstein, Marx, Schutz, à fenomenologia, à teoria pós-moderna, ao feminismo, à semiótica e ao behaviorismo. O que costumava ser uma perspectiva bastante estreita e focada, agora poderia ser acusado de desenfatizar os problemas tradicionais de definição situacional, negociação, gerenciamento da impressão e criação de significado que tinham animado o interacionismo simbólico.[3] Os revisionistas, com alguma justiça, têm dito que os escritos de Blumer – e de outros precursores influentes, como Znaniecki, Thomas, Cooley e Park – rejeitam a microvisão estreita e estereotipada do interacionismo, e afirmam que tais críticas (Reynolds, 1993) nunca foram completamente acuradas (Maines, 1988; Tucker 1988).

Em sua fragmentação, o interacionismo simbólico parece obedecer a um punhado de princípios amplos, a uma infra-estrutura organizacional efetiva e a algumas publicações bastante ativas. Claro, isso pode ser tudo o que muitas perspectivas compartilham. As leituras textuais e os estudos culturais pós-modernos e pós-estruturais de Norman Denzin (1986) e de Patricia Clough (1992) parecem estar a anos-luz da experimentação precisa e da construção teórica de Peter Burke (1980) e de David Heise (1979). É fato sintomático do grau de fragmentação que alguns blumerianos da "velha guarda" questionariam o fato de qualquer um desses autores ser considerado um interacionista "real". Da mesma maneira, as etnografias realistas e descritivas de Ruth Horowitz (1983) e de Elijah Anderson (1978) são completamente diversas dos relatos intensamente pessoais e auto-reflexivos de Carolyn Ellis (1991) e de John Van Maanen (1988).

O interacionismo simbólico dos anos 1990 tem uma diversidade que pode deturpar seu centro. Esse fracionamento claramente tem suas vantagens, pois a diversidade é um fermento intelectual. Contudo, essa vastidão levanta uma dúvida acerca dos pontos – se é que há algum – sobre os quais os interacionistas pós-blumerianos estão de acordo. Existe um modelo dominante de interação simbólica? Os teóricos que se intitulam (ou que são intitulados) interacionistas pertencem à mesma escola? Uma resposta é que, se um número suficiente de indivíduos se rotula ou se associa a uma organização – a chamada Society for the Study of Symbolic Interaction –, então tal perspectiva existe. Contudo, essa coerência parcial pode levantar algumas questões acerca de sua justificação como perspectiva.

Expansão

Ligada à fragmentação de uma perspectiva outrora relativamente unificada, encontra-se uma grande expansão de "legítimos" tópicos de pesquisa. O interacionismo simbólico foi outrora criticado por uma multidão de pecados, uns alegados, outros reais. Foi acusado de ser apolítico (apoiando o *status quo*), não científico (pouco mais do que um jornalismo com direito de estabilidade), hostil às questões clássicas da

macrossociologia (limitado à psicologia social), e a-estrutural (fundamentalmente não sociológico). Os críticos talvez aceitem a dominância do interacionismo simbólico sobre o estudo da interação face a face, e das micro-relações, mas rejeitam sua relevância afora isso.

Embora a interação simbólica possa ter sido limitada em conteúdo e estilo – uma acusação parcialmente verdadeira, mas nunca tão precisa quanto os críticos afirmavam (veja Maines, 1988; Wood e Wardell, 1983) –, o mesmo dificilmente pode ser dito dela hoje em dia. Em resposta às críticas, os interacionistas desenvolveram conceitos que se conectam com as macroexigências e as exigências estruturais da sociologia (e.g. Kleinman e Fine, 1979; Prendergast e Knottnerus, 1993). A seguir, vou discutir a pesquisa contemporânea e os desenvolvimentos teóricos, muitos dos quais – como a teoria da coordenação social, o macrointeracionismo e a sociologia aplicada – estão claramente fora do que os interacionistas simbólicos propunham outrora ser seu domínio.

As recentes tentativas de associar a interação simbólica à teoria do caos (Young, 1991), às pesquisas sobre usos e gratificação (Altheide, 1985), à ecologia social (Frese e Roebuck, 1980) ou às teorias do desenvolvimento das civilizações (Couch, 1984) marcam a extensão com que os interacionistas conectam sua abordagem à ampla envergadura do conhecimento acadêmico. A crença de que a interação simbólica é antagônica à corrente principal das ciências sociais foi refutada nas últimas duas décadas e substituída pela convicção de que essa perspectiva contribui com uma nova dimensão aos tópicos tradicionais.

Incorporação

Com a expansão da área dos tópicos cobertos pela interação simbólica, tornou-se crescente o empréstimo de outras arenas disciplinares. Os interacionistas simbólicos incorporaram outras abordagens teóricas para revigorar sua própria perspectiva. Os escritos que explicitamente tentam mesclar a interação simbólica com os estudos culturais (Denzin, 1992; McCall e Becker, 1989) são modelos dessa guinada incorporativa. Da mesma forma, o apelo em direção a um "interacionismo sintético" (Fine, 1992a), mesclando diversos tratamentos teóricos de ação e estrutura, convoca os interacionistas a incorporar outros modelos na perspectiva blumeriana.

O ímpeto de tomar idéias de empréstimo sugere a ausência de mentalidade encastelada. As tentativas de ligar o interacionismo à teoria e à crítica marxistas (e.g. Batiuk e Sacks, 1981; Ashley, 1985), à teoria parsoniana (Alexander, 1987; Sciulli, 1988) ou a Vygotsky, Piaget, Bruner e outros no desenvolvimento infantil (Corsaro e Rizzo 1988; Winter e Goldfield, 1991), revelam o desejo de aprender com diferentes fontes intelectualmente vitais. Se de um lado essas tentativas de ultrapassar-se podem fragmentar a coerência, uma abordagem pragmática deveria encontrar aí um elo de amarração. De qualquer modo, devem-se usar as ferramentas mais produtivas. Embora a abordagem pragmática negue que qualquer coisa seja necessariamente proveitosa, também preconiza o exame dos resultados, sem fazer pressupostos.

A leitura das edições da década passada dos periódicos *Symbolic Interaction* e *Studies in Symbolic Interaction* revela uma diversidade próxima das principais publicações da disciplina. Sem planejamento consciente, a interação simbólica tem sido repetidamente refeita. Encontram-se, dentro do interacionismo, a análise estatística de experimentos, a análise secundária de dados de observação, os tratamentos teóricos fundados no criticismo literário, a análise do discurso com inspiração etnometodológica, a teoria social européia e a sociologia aplicada a políticas relevantes. Contrastando com isso, nos primeiros anos de existência dos periódicos, o lançamento da maioria dos artigos era limitado pelas inquietudes tradicionais: a criação do significado pela interação, a criação social do *self* e da identidade, e a história e contribuição teórica dos fundadores. Se de um lado essa ciência normal continua, tornou-se menos reconhecível como rumo principal da perspectiva.

Adoção

Os interacionistas emprestaram a outros, e tomaram emprestado de outros. Durante os anos 1980, os textos de George Herbert Mead foram descobertos por uma geração de teóricos sociais (Collins, 1989; Joas, 1985; Habermas, 1987) que, em geral, tinham pouco conhecimento sobre interação simbólica clássica. A estrela de Goffman continuava a subir. Ele era freqüentemente reconhecido como o sociólogo americano mais influente do século XX, sobrepujando Parsons, Homans e Blumer.

Seria justo afirmar, mas difícil de demonstrar, que no início dos anos 1990 muitos sociólogos da linha majoritária estavam aceitando a construção do significado, a negociação, o gerenciamento da impressão, e a rotulagem, como componentes de sua sociologia. Um

caso de destaque é a inspiração fornecida pelos textos de John Dewey para Robert Bellah e seus colegas (1991) na análise pós-Tocqueville da América, *The Good Society*, por eles realizada. Do mesmo modo, o uso de métodos qualitativos e de conceitos interacionistas pelos autores da coletânea de ensaios *The Recentering of America*, de Alan Wolfe (1991), que versa sobre a América contemporânea, revela a difusão da perspectiva. A obra *The New Institutionalism* (Dimaggio e Powell 1991; Meyer e Rowan, 1977) também é fundada no entendimento cultural e qualitativo do quanto as condições de trabalho estão ligadas à análise de áreas organizacionais e de estruturas econômicas. Meyer (1992), por exemplo, escreve sobre a influência do texto interpretacionista clássico *The Social Construction of Reality* (*A construção social da realidade*), de Berger e Luckmann (1966), em sua pesquisa. Isso não significa que os teóricos estruturalistas aceitaram o interacionismo como seu modelo teórico dominante, ou que se identificaram com a sua perspectiva, ou mesmo que reconheceram de onde vieram suas idéias. Mesmo assim, os construtos interacionistas são integrados de forma crescente ao corpo do pensamento sociológico.[4] Seguramente algumas dessas questões envolvem a nova síndrome de Colombo, renomeando o que já fora nomeado anteriormente, mas em outras ocasiões os autores mostram-se conscientes do seu débito. Saxton (1989) argumenta que os autores interacionistas possuem uma epistemologia social científica que resolve problemas genéricos de análise no período pós-positivista. Os contextualistas e os construcionistas da psicologia social (Gergen, 1982; Shotter, 1986; Rosnow e Georgeourdi, 1986), e os novos etnógrafos e teóricos interpretacionistas da antropologia (Clifford e Marcus, 1986; Geertz, 1980), a despeito de suas divergências, descobriram uma tradição epistemológica semelhante àquela que os interacionistas simbólicos vinham desenvolvendo há meio século. Da mesma forma, a revolução na teoria das comunicações deveu muito à análise interacionista (Carey, 1989).

O apelo dos conceitos interacionistas turvou posteriormente a fronteira entre os interacionistas e os que não o são. Idéias tão dispersas deram azo a que se afirmasse que o interacionismo, como perspectiva sociológica definida, está em perigo, mesmo em seu período de maior triunfo. As páginas dos catálogos de livros e dos periódicos de grande alcance estão cheias de conhecimentos compatíveis com o interacionismo, embora não idênticos a ele; por exemplo, as teorias fundadas nos textos de Bakhtin, Foucault e Derrida. Com uma perspectiva tão fragmentada internamente e com tantos outros especulando sobre ela, está se estreitando a diferença entre os que se identificam com o interacionismo e os muitos outros que não o fazem, embora aceitem as premissas básicas do interacionismo.

OS DEBATES INTERACIONISTAS

Considerados em conjunto, os processos de fragmentação, expansão, incorporação e adoção sugerem que o interacionismo simbólico contemporâneo encontra-se num estranho período de triunfo e crescimento, emparelhado e aceito pela corrente majoritária, que pode pressagiar o desaparecimento de suas contribuições singulares. A tensão gerada pela centralização crescente do interacionismo é evidente num conjunto de debates acadêmicos contemporâneo, que exigem que os interacionistas tratem de tópicos que confrontem a sociologia como um todo. Esses debates se acumulam, e cada um tem sido tratado à exaustão nas páginas dos periódicos de grande alcance. Especificamente, examino a contribuição da abordagem interacionista: (i) ao debate sobre a relação macro–micro em sociologia, (ii) ao debate função/estrutura, e (iii) à divisão entre realistas sociais e interpretacionistas.

O debate macro–micro

Juntamente com a teoria da troca e os modelos racionais de escolha, o interacionismo simbólico representa a versão micro dominante em sociologia. Muito antes de o debate micro–macro ter sido deflagrado e de muitos terem nele ingressado, a conexão entre os níveis de análise representava um interesse interacionista precípuo. Os textos de Anselm Strauss e seus colegas (1964; veja Strauss, 1978; Fine, 1984), no princípio dos anos 1960, apresentavam o paradigma da "ordem negociada" e colocavam explicitamente a análise organizacional na agenda interacionista. Strauss acreditava que a organização poderia ser conhecida de baixo para cima; quer dizer, a macroestrutura poderia ser entendida a partir de um fundamento microanalítico. Strauss não ignorava os efeitos da estrutura nos significados e nas interações, mas isso não estava tanto em foco. A extensão da pesquisa sobre a vida organizacional conduziu ao reconhecimento de que as instituições tinham um importante papel na construção do significado (Nichols, 1991; Lynxwiler *et al*., 1983), na canalização da interação (Hall, 1987) e na "imersão"

da construção de formas sociais (Gubrium, 1992; Holstein, 1993), mesmo que essas macroestruturas não determinassem totalmente o significado e a interação.

O debate macro–micro foi travado no campo interacionista (Shalin, 1986) de muitas maneiras, mesmo que inicialmente nem todos os participantes estivessem muito conscientes de sua relevância. O discurso presidencial "The Interaction Order", de Erving Goffman (1983), na American Sociological Association (ASA), forneceu uma diretriz interacionista para confrontar os interesses tradicionais da sociologia com a ordem social. Igualmente o conceito de "cadeias rituais de interação" foi uma tentativa de argumentar que a microinteração precedia a estrutura (Collins, 1981) e se referia à ênfase de Blumer (1969) ao costurar linhas de ação. Outros descreveram a sedimentação do significado (Busch, 1982) e a macroestrutura como comportamento coletivo (Blankenship, 1976; Bucher, 1962). Os interacionistas tentaram estabelecer um elo entre os níveis macro–micro postulando a existência de um nível intermediário: a mesoestrutura (Maines, 1982). Aqui, então, a estrutura é mediada por ações individuais, coordenadas por padrões e expectativas (veja Levy, 1982; Kleinman, 1982; Pestello e Voydanoff, 1991). A contribuição específica da perspectiva interacionista foi reconhecer que o nível mesoscópico permite aos sociólogos examinar a dinâmica social, que, por sua vez, autoriza as instituições, as organizações, a ordem econômica e os regimes de Estado a compelir o comprometimento ou a obediência por parte dos atores individuais.

Finalmente, os interacionistas, como outros participantes do debate, concluíram que uma distinção fixa entre os níveis é enganosa (Wiley, 1988; Law, 1984), e sugeriram que instituições de todos os tamanhos podem ser analisadas com ferramentas semelhantes. Alguns defendem uma sociologia sem costuras, que reconheça que os níveis separados realmente são entrelaçados e indivisíveis, com a microanálise implicada pela macro e vice-versa (Fine, 1990b). O debate foi importante pela tentativa de construir pontes entre grupos de teorias, buscando estabelecer contato intelectual e pessoal com macrossociólogos, rompendo assim o isolamento subdisciplinar. Uma razão plausível para se declarar que a interação simbólica desapareceu, embora não nominalmente, é o sucesso do argumento de que todos os níveis de análise devem ser considerados, quando se faz um estudo adequado. Raros são os microssociólogos – sejam da teoria da troca, da etnometodologia ou da interação simbólica – que desprezam as questões relativas às organizações complexas. Por sua vez, a maioria dos macrossociólogos – estruturalistas, marxistas ou institucionalistas – aceita agora a visão de estruturas alicerçadas, em última instância, pelas ações dos participantes, mesmo que eles não enfatizem tanto o poder do ator quanto os interacionistas.

O debate agência/estrutura

Poucos tópicos são tão centrais na perspectiva simbólica interacionista quanto o do agenciamento pessoal. A afirmação de que os interacionistas apenas acreditam em escolhas feitas por agentes tem sido uma crítica freqüente à perspectiva. Além disso, o equilíbrio entre estrutura e agência está no coração da abordagem interacionista no tocante à ordem social. No final das contas, a ordem social depende da maneira como os agentes sociais se confrontam, como usam e refazem a estrutura (Dawe, 1978), diretamente e pelos indivíduos que estão mediando, e como as instituições sociais levam em conta os indivíduos. O interacionista reconhece que muitas coisas no mundo não são feitas pelo indivíduo (como o sistema patriarcal ou as classes sociais) e somente podem ser entendidas no contexto das circunstâncias nas quais essas realidades sociais são expressas.

Assim como ocorre com tantos assuntos recém-descobertos, a ligação entre agência e estrutura no interacionismo tem um longo registro (Baldwin, 1988), e é uma inquietude manifestada implicitamente nos textos de Mead, Cooley, Blumer, Goffman e outros. Como é que os indivíduos negociam as realidades estruturadas – que somente podem ser ignoradas por quem esteja inclinado a aceitar conseqüências severas – e como é que as estruturas determinam o que os atores podem fazer ou de fato farão? Conceitos como obstinação, restrição, negociação, sedimentação, simbolização, identificação, ritualização – cada um deles alicerçado na análise tradicional interacionista – conectam o ator com os limites da escolha (Fine, 1992a). O objetivo é aquele atribuído a Goffman, ou seja, desenvolver um conhecimento da "ordem de interação" que atenda tanto à ordem como à interação, perguntando não que definições são possíveis, mas também que definições são prováveis e quais são as conseqüências para aqueles que ignoram as definições.

Fundamentalmente a perspectiva não depende da ação individual, mas da referência coletiva do significado, em coletividades de qualquer tamanho, muito embora haja debate na medida em que o significado seja continuamente gerado. Por exemplo, uma visão

interacionista do comportamento coletivo e de multidões tende a drenar muito da individualidade dos agentes, fornecendo à multidão a habilidade de transformar os atores (McPhail, 1989). A "estrutura" (significados individuais sedimentados) é poderosa. Weigert (1991), tentando relacionar a ação humana com a realidade obstinada do ambiente – uma estrutura exterior ao ator –, fala de um tipo de comportamento que rotula de interação transversa. Os atores reconhecem o ambiente físico como um "outro" simbólico e usam esse entendimento para estruturar sua interação com um "outro generalizado". A relação entre atores e objetos não é apenas significativa, mas, num sentido específico, pode ser chamada de interação (Cohen, 1989). Por ser a interação colocada dentro das instituições e responder à realidade obstinada é que uma análise interacionista adequada deve levar em conta a estrutura. Em última análise "o interacionismo é tanto uma teoria da experiência quanto uma teoria da estrutura social" (Denzin, 1992, p. 3).

O debate realista social / interpretacionista

Os interacionistas têm sido freqüentemente descritos, e, às vezes, descrevem-se a si mesmos, como fundamentalmente anticientíficos e antipositivistas. De uma certa maneira isso é verdade, mas tal afirmação não considera a diversidade de perspectiva e, ao mesmo tempo, ignora o fato de que aqueles que questionaram os métodos quantitativos padrão, tal como Mead, poderiam considerar-se a si próprios científicos. Assim, o interacionismo simbólico "foi assombrado por um espectro de dois gumes" (Denzin, 1992, p.2).

Por um lado defendendo o estudo subjetivo e a interpretação da experiência humana, os interacionistas também esperam, por outro lado, criar uma ciência da conduta humana, uma abordagem realista social baseada em critérios científicos naturais. Se esse debate foi exemplificado em textos de acadêmicos específicos (e.g. Manford Kuhn *vs.* Herbert Blumer), é também evidente nos textos privilegiados da perspectiva, como o *Symbolic Interactionism* de Blumer (1969). Como se pode ser objetivo e subjetivo simultaneamente? Todas as tentativas de resolver esse dilema, definitivamente, não são persuasivas, e o debate continua.

O interacionismo simbólico é metodologicamente mais diverso do que com freqüência se acredita, especificamente quando se consideram os interacionistas que estudam o conceito do *self* e a formação da identidade (Rosenberg, 1979; Burke, 1980). Outros desprezam essas técnicas de coleta de dados, e, seguindo os críticos literários, analisam os textos como retóricos (e.g. Gusfield, 1976).

Os conflitos metodológicos entre as assim chamadas escolas de Chicago e de Iowa ainda reverberam (Falk e Anderson 1983), e alguns asseguram que o interacionismo simbólico está dividido entre humanistas e positivistas (Warshay e Warshay, 1987). O tópico da inevitabilidade da causalidade (Lindesmith, 1981) continua a dividir os interacionistas. Entretanto, essas divisões podem ser exageradas, pois muitos interacionistas aceitam a coleta sistemática de dados, tanto por meio de entrevistas em profundidade como por etnografia, introspecção ou *surveys*.

Os realistas sociais acreditam que se possam coletar e analisar dados que reflitam com alguma fidelidade a realidade social (Farberman, 1991, p. 477), ao passo que os subjetivistas radicais e os pós-modernistas vêem os dados como uma estratégia discursiva, uma realidade de segunda ordem, um texto que deve ser continuamente questionado e subvertido (Clough, 1989; Schneider, 1991, Richardson, 1992).

O abismo entre a abordagem de um interpretacionista e a de um realista social é central para entender a diversidade do interacionismo simbólico contemporâneo. Ambas as abordagens tornaram-se mais sofisticadas em seu desenvolvimento teórico e em sua metodologia, e estão progredindo em direções substancialmente diferentes. Não serão elas ainda as asas de uma única perspectiva sensata, uma vez que não podem concordar em sua epistemologia: em última análise o mundo é cognoscível?

DOMÍNIOS DO INTERACIONISMO SIMBÓLICO

Em última análise, as escolas são conhecidas pelas conquistas de seus membros: são sistemas em atividade. O crescimento das abordagens qualitativas, interpretacionistas e interacionistas à sociologia depende do poder das linhas de pesquisa. Um breve questionário não pode almejar fazer justiça a todas as linhas ativas empíricas, mas examino algumas das áreas mais significativas: (i) teoria da coordenação social, (ii) trabalho emotivo e experiência, (iii) construcionismo social, (iv) criação do *self*, (v) macrointeracionismo, e (vi) interacionismo de políticas relevantes.

Teoria da coordenação social

A explicação dos processos universais que descrevem a interação social por meio de princípios formais ge-

néricos é um antigo objetivo para os realistas sociais, que lutam por princípios sistemáticos de conhecimento (Prus, 1987). Como observa Rock (1979, p. 53; veja Zerubavel, 1980), a interação simbólica possui um débito profundo para com as teorias e os métodos simmelianos.

Talvez o mais ambicioso e convincente programa de pesquisa existente no interacionismo, que especifica os princípios genéricos de ação coletiva, seja o de Carl Couch e seus estudantes. Durante os últimos 25 anos eles exploraram como as unidades sociais coordenam suas atividades. Sua teoria da coordenação social fornece ao interacionismo um conjunto de princípios sociais universais, que Couch (1992, p. 130) associou tanto à geometria quanto à tabela periódica da química. Por meio de uma série de volumes editados (Couch e Hintz, 1975; Couch *et al.*, 1986), de livros (Couch, 1989) e de artigos, principalmente em periódicos e anuários, eles elaboraram os processos e as condições da co-presença.

Couch (1984, p. 8; Miller *et al.*, 1975) argumenta que, para um ato cooperativo desabrochar, os interagentes devem: (i) estabelecer co-presença, (ii) demonstrar atenção recíproca, (iii) revelar receptividade mútua, (iv) criar identidades funcionais congruentes, (v) construir um foco compartilhado, e (vi) divisar um objetivo social. Ao estabelecer um relacionamento sociável, os interagentes estabelecem um passado comum e um futuro projetado (Katovich e Couch, 1992; Maines *et al.*, 1983). Um relacionamento social ou grupal desenvolve tradições e uma cultura própria ou idiocultura (Fine, 1979; Wiley, 1991). A existência de passado social semelhante (proximal e distal, comum e compartilhado) permite aos atores reconfigurar suas respostas rapidamente e não autoconscientemente. Os esforços de Couch em formular princípios de ação coordenada semelhantes aos de Mead, Cooley e Blumer referem-se a ajustar outros princípios, específicos e generalizados. De fato, algumas pesquisas experimentais que surgem da tradição interacionista sugerem que a coordenação é notavelmente sutil, e produz simetria temporal não intencional nas relações microssociais (Gregory 1983).

O objetivo de Couch, em última análise, é nada menos que criar uma sociologia alicerçada no nível micro, na qual díades, tríades e outros grupos criem processos sociais, reconhecendo que processos invariáveis fornecem os tijolos para uma teoria sociológica formal que explicará como as díades e os grupos maiores coordenam suas ações nas organizações e nas seqüências interativas.

Metodologicamente, Couch (1987) e seus colegas têm uma postura diferente da de muitos interacionistas simbólicos. De algum modo transcendem a distinção aparentemente acentuada entre pesquisa qualitativa e quantitativa. Seja a coleta de dados feita em laboratório (Couch e Weiland, 1986; Katovich, 1987) ou em campo (Seckman e Couch, 1989; Katovich e Diamond, 1986), o intento é o mesmo. Esses autores coletam material de transações sociais produzidas por díades, tríades e, em alguns casos, por coletividades maiores, em situações estruturalmente semelhantes. Cada simulação laboratorial (como equipes em negociações) serve, com efeito, como um sítio etnográfico, mas, em vez de explorar aquilo que fixa essa interação situacionalmente na cultura local, eles extraem princípios universais. A "etnografia" do coordenador social pode parecer fortuita, ou seja, pode não parecer baseada numa prolongada imersão no cenário, mas sem dúvida é planejada para observar interações rotineiras, uma forma teórica de amostragem. Não surpreende que os teóricos da coordenação social estejam especificamente interessados em trabalhos rotineiros de venda (e.g. Katovich e Diamond, 1986; Prus, 1989) – essas situações são recorrentes e fornecem oportunidades de acesso a conceitos genéricos. Uma vez que esses pesquisadores buscam propostas universais e não comparativas, os testes estatísticos não são relevantes. A etnografia de imersão em larga escala promovida pelo teórico fundamentado também não é requerida, porque a aprendizagem acerca de qualquer grupo específico e de sua situação local não é crucial, e tampouco os relatos subjetivos.

O trabalho emocional e a experiência

Nos últimos 20 anos, os sociólogos descobriram a emoção como tema (Gordon, 1981). Esse tópico está basicamente situado dentro da perspectiva interacionista simbólica, definida *lato sensu*. As emoções são concebidas como uma classe de realidade experimentada (Denzin, 1984a); como uma forma de avaliação cognitiva, como controle do afeto; e como algo que surge do mundo social, parte das habilidades dramáticas que os indivíduos usam para lidar com a ordem social (Hochschild, 1983).

Os interacionistas tratam as emoções como "experiência vivida" (parte de uma guinada fenomenológica pós-moderna), como "construtos cognitivos", ligados a significados sociais, e como "trabalho emocional" (uma estratégia emocional de gerenciamento da impressão). Como essas abordagens da emoção são

distintas, têm sido feitas promissoras tentativas de integrá-las (Johnson, 1992; Scheff, 1983; Thoits, 1989).

Emoções incorporadas

As emoções são experimentadas pelo corpo humano, não apenas filtradas pelas exigências sociais, embora o contexto social das emoções, em última análise, determine o que é sentido. Emoção, segundo Norman Denzin (1985, p. 225), é um "sentimento do *self*" que afeta um corpo vivido, dotado de significado por um ator, num mundo social. Denzin sustenta que a emoção é uma janela primária para dentro do *self*, simultaneamente construída para situar seu significado na comunidade. A temporalidade (Flaherty, 1987, 1992; Fine, 1990a), o contato físico (Denzin, 1984b) e o ambiente "natural" (Fine, l992b; Mitchell, 1983; Weigert, 1991), conquanto não sejam emoções como tais, são também estados diretamente experimentados e incorporados, e estão conectados a emoções primárias (como o tédio, o medo, a alegria). Os que estudam os doentes crônicos e agonizantes (Charmaz, 1991) constatam que os sentimentos incorporados da doença, e não as definições dadas ao doente, fornecem o significado social e as transformações de identidade.

Para compreender as emoções como uma realidade primária, alguns pesquisadores enfatizaram o valor da auto-reflexão. Num artigo influente e controverso, Carolyn Ellis (1991) apela à "introspecção sociológica" para ajudá-la a compreender o sentimento que as emoções suscitam. No caso dela, são os efeitos dramáticos pessoais da enfermidade crônica e da morte de seu parceiro. Esses honestos e descomprometidos relatos podem ser uma leitura desconfortável, mas moldam-se aos requisitos da fenomenologia social: capturar a experiência vivida.

O controle do afeto

Uma segunda abordagem interacionista às emoções, a teoria do controle do afeto (Heise, 1979; Smith-Lovin e Heise, 1988; Robinson e Smith-Lovin, 1992), resulta da fertilização cruzada entre a psicologia cognitiva social e o interacionismo estrutural simbólico (especialmente a teoria da identidade – Stryker, 1981). Esses pesquisadores enfatizam a identidade social mensurável, obtendo subsídios no interior do interacionismo clássico e fora dele. Ao participarem das situações, os atores adotam identidades sociais que marcam suas autodefinidas relações com aqueles com quem interagem, e a incapacidade de estabelecer tais relações conduz à angustia emocional (Thoits, 1983). Os significados dessas identidades são analisados em três dimensões centrais: avaliação (bom/mau), potência (poderoso/sem poder) e atividade (ativo/inativo). Ao medir as definições de um ator pela pesquisa experimental, ou por questionários, os pesquisadores examinam a mudança (ou a deflexão) dessas definições como resultado de variáveis independentes. A teoria do controle do afeto sustenta que os atores constroem os eventos para confirmar seus significados sobre si mesmos e sobre os outros, minimizando as deflexões. As emoções são sinais do alcance com que os eventos confirmam ou não a identidade. Podem-se gerar emoções a partir da identidade ou do caráter da situação. As respostas emocionais são função tanto da definição situacional como da identidade social reconhecida do definidor. Nesse modelo, as dinâmicas são basicamente cognitivas, e, num sentido real, as emoções emergem das definições, não sendo geradas em conseqüência direta de estímulos externos.

Em contraste com a abordagem experimental das emoções, a teoria do controle do afeto exige métodos experimentais precisos – um eco distante do que foi entendido como o conjunto das diretrizes metodológicas do interacionismo tradicional. Na medida em que a teoria do controle do afeto depende dos pressupostos do interacionismo simbólico sobre a construção social do *self*, fornece outro indicador dos nebulosos limites entre o interacionismo e a sociologia predominante.

Trabalho emocional

Uma terceira abordagem explora as emoções como construções e estratégias sociais para impressionar os outros. Esses pesquisadores estão menos interessados na maneira como a emoção é experimentada ou gerada internamente do que na maneira como ela é representada em conseqüência das exigências de situações sociais e culturais; essa abordagem se apóia fortemente na análise dramática.

A partir dos primeiros escritos de Goffman (1959), o exame da vida social, como algo dramático e projetado para persuadir, tem sido crítico ao interacionismo. Essa abordagem, geralmente conhecida como "paradigma estratégico" (Lofland e Lofland 1984), tem focalizado a maneira como os atores administram suas representações nos aspectos verbais, paraverbais e não verbais. Mesmo nos seus primeiros escritos, Goffman enfatiza que as emoções são estratégicas e que os atores sociais são socializados pelo uso delas. As emoções estão ligadas ao trabalho de identidade (Snow e

Anderson, 1987; Clark, 1987). Exatamente como os indivíduos selecionam as emoções a serem mostradas, assim também outros atores podem canalizar a adequação de certas emoções, como o pesar (Rosenblatt, 1988; Lofland, 1985). As exigências organizacionais e os papéis ocupacionais modelam a forma como as pessoas expressam a emoção e, às vezes, podem até afetar a maneira como elas se sentem (Hochschild, 1983; Zurcher, 1985; Gubrium, 1992). Com essa visão, as emoções são um comportamento aprendido e controlável, e existem "regras de sentimento" que determinam quando e que emoções serão desempenhadas.

CONSTRUCIONISMO SOCIAL

A interação simbólica está imersa no exame de questões sociais há muito tempo, certamente a partir da análise de Mills (1942) sobre retórica social e dos relatos em torno da definição de problemas sociais. A teoria da rotulagem (Becker, 1963), desenvolvida a partir dos construtos interacionistas, reconhece que o público está pelo menos tão envolvido na criação do desvio comportamental quanto o pretenso desviado. Nos últimos 30 anos, a teoria da rotulação foi criticada, expandida e alterada, e é um subtipo de teorias que se tornaram conhecidas como "construcionismo social" (Schneider, 1985). A teoria da rotulagem é uma microvariante da ênfase durkheimiana na necessidade de uma sociedade estabelecer fronteiras (Erikson, 1963), focando a atenção na reação de atores sociais e não em entendimentos societários. Finalmente, a abordagem interacionista dos "problemas sociais", e de fato de todas as esferas do conhecimento, examina a maneira como as fronteiras são estabelecidas e defendidas (Zerubavel, 1991; Gieryn, 1983).

A abordagem do construcionismo social fornece o meio pelo qual os interacionistas encaminham a formulação institucional de problemas sociais. Por que alguns padrões de ação são definidos como "problemáticos" e outros como "normalizados"? Na formulação clássica (Spector e Kitsuse, 1977): como os problemas sociais são construídos? O construcionismo social permite que os interacionistas examinem os processos dinâmicos históricos que afetam o sistema social, como a "medicalização do desvio" (Conrad e Schneider, 1980). O construcionismo veio dominar a teoria dos problemas sociais, mas essa elaboração desenvolveu suas próprias rupturas e controvérsias teóricas (Holstein e Miller, 1993). Por exemplo, existe um debate ativo entre aqueles que enfatizam que todo o significado – e, portanto, a existência de condições "objetivas" – deve ser problematizado (Woolgar e Pawluch, 1985), sugerindo que o conhecimento sociológico é algo construído, tal como a retórica dos atores de problemas sociais. E os que aceitam a existência de condições objetivas, desejando, ao mesmo tempo, focalizar os processos pelos quais algumas dessas condições se tornam parte do debate público (Best, 1989), sugerindo que os sociólogos podem até certo ponto ser "intermediários honestos". As condições culturais (Fine e Christophorides, 1991), as realidades institucionais (Hilgartner e Bosk, 1988) e o papel dos reivindicadores (Pfohl, 1977), tudo contribui para determinar o que vai entrar no debate público. A visão construcionista tornou-se tão dominante que é raro ler um estudo que trate de problema sociológico e não faça alusão ao modo como o reconhecimento de um problema social é função de critérios extra-objetivos.

O construcionismo não está limitado ao exame de problemas sociais, mas aplica-se à criação de toda a vida social, referente à alegação clássica de W. I. Thomas de que as situações devem ser definidas e que essas escolhas têm conseqüências reais. A construção social de todas as coisas não é meramente uma brincadeira; é um fato aceito de modo fundamental e crescente como parte da visão sociológica do mundo. Por exemplo, a visão interacionista da psicose (Rosenberg, 1984) está baseada na inabilidade de o paciente assumir o papel do outro e fazer atribuições próprias (consensuais). Ou, noutras palavras, na incapacidade de construir o mundo social de maneira a coordenar-se com as perspectivas dos outros. Usamos tudo o que seja conveniente para construir nosso próprio *self* – inclusive nossa vestimenta ou localização física –, bem como para construir a identidade e o caráter dos outros (Stone, 1962; Weigert, 1986; Hood, 1984; Davis, 1992). Qualquer simbólico pedaço de tábua é adicionado a essas construções. O modelo ativo de interpretação social é uma característica bem reconhecida de grande parte da literatura sociológica contemporânea.

O tratamento da análise estrutural realizada por Erving Goffman (1974), apoiando-se em Gregory Bateson, Kenneth Burke e W. I. Thomas, examina como os atores sabem que classe de atividade está ocorrendo (como gozação, experimentação, fraude ou jogo fantasioso). A análise estrutural provavelmente tem um impacto dos mais dramáticos na pesquisa de movimentos sociais. Os acadêmicos que pertencem a essa tradição (Gamson *et al.*, 1982; Snow *et al.*, 1986), embo-

ra não usem a "estrutura" precisamente como o fez Goffman, argumentam que as técnicas retóricas pela quais os líderes dos movimentos definem uma reivindicação têm efeitos reais nas respostas do público e no crescimento organizacional.

Os interacionistas argumentam que até o passado é construído: o tempo e a história não são imutáveis, mas seu sentido resulta da apropriação situacional e das atividades de empreendedores morais. Assim, os interacionistas voltam atrás, tentando entender os acontecimentos históricos, e como os acontecimentos históricos são ponderados. Conforme argumentou Eviatar Zerubavel (1981), as categorias temporais nem sempre tiveram o mesmo significado. Os feriados, as semanas e os anos não são dados por um universo temporalmente fixo, mas são construídos socialmente, com significado simbólico subordinado. Assim também construímos a memorização dos acontecimentos e das pessoas (Schwartz, 1987; Wagner-Pacifici e Schwartz, 1991), que podem ser fonte de drama (Gross, 1986), de identificação comunitária (Billig, 1991), de contenção (Gregory e Lewis, 1988) e de *self* (Davis, 1979). Tudo é potencialmente passível de aproveitamento, e o que não for, deve ser imputado ao caráter obstinado da estrutura, do poder, e dos significados sedimentados.

A CRIAÇÃO DO *SELF*

A psicologia social sociológica, marginalizada nos anos 1970, emergiu novamente para contribuir para a ampliação da disciplina. Em nenhuma parte isso é tão evidente como no rejuvenescimento do estudo sociológico do *self* , da identidade e do papel social. O desenvolvimento do *self* social e simbólico, um tópico fundamental da interação simbólica de James, Cooley e Mead, é central à pesquisa e à teoria interacionista, e inclui assuntos como auto-estima, autoconceito, trabalho de identificação e auto-apresentação.

O interacionismo simbólico praticado pelos sociólogos treinados por Everett Hughes, da Universidade de Chicago, nos fins dos anos 1940 e início dos 1950 tendia a minimizar o *self* em favor da situação. A sociologia de Erving Goffman, que julgava não existir um *self* "real", profundamente mantido, mas apenas um conjunto de máscaras, foi um protótipo desse entendimento. Contudo, a despeito da atenção para com a situação, interacionistas como Ralph Turner (1976, 1978) enfatizaram que a criação do *self* resulta de tendências sociais e culturais. Hewitt (1989), por exemplo, argumenta que aparece um conflito básico, nos *selves* americanos, entre individualismo (independência) e participação comunitária (interdependência).

Embora os interacionistas sustentem que um *self* "real, verdadeiro e nuclear" não possa ser encontrado, estudos do desenvolvimento do *self* constituem parte da análise interacionista – tanto dos teóricos interpretacionistas associados à analise pós-moderna como dos realistas sociais, mais próximos da experimentação e dos testes de hipóteses. O interacionismo descreve o *self* como simbólico, situacionalmente contingente e estruturado.

A descrição da visão interpretacionista como "pós-moderna" não faz inteira justiça a essa abordagem, que está alicerçada, em igual medida, na teoria feminista. Os interesses compartilhados de pesquisadores interacionistas e feministas enfatizam a qualidade de gênero do *self* – isto é, o *self* não é um dado biológico, mas é criado pelas exigências sociais e pelas respostas sociais a essas exigências (Wiley, 1991). O reconhecimento do gênero afetou a pesquisa em todos os domínios da sociologia, mas em nenhum lugar mais significativamente do que na pesquisa do *self*. Dado o argumento freqüente, mas não universal, de que o gênero é construído socialmente (Kaufman, 1991; Krieger, 1983), a sociologia feminista é uma aliada natural do interacionismo (veja Deegan e Hill, 1987).

O *self* é gerado por meio da retórica e das histórias contadas sobre si mesmo (Denzin, 1987; Miller, 1991) e sobre os outros (Adler & Adler, 1991, cap. 6), e pela manipulação de outros símbolos (Schwalbe, 1983). A criação literária do *self* tornou-se proeminente nos textos interacionistas (Richardson, 1992; Rambo Ronai, 1992). O *self* é o texto. Alguns relacionam jocosamente o "*I*" de Mead com "*irony*" (Tam, 1984). A construção literária, verbal, simbólica do *self* é um dos pólos da abordagem interacionista do *self*.

Um segundo pólo é a teoria da identidade, que concorda que o *self* seja construído, mas, em vez de enxergar essa construção como uma criação, o *self*, aqui, é construído por ajustes. A questão é o ator adequar seu *self* ao caráter dominante da situação ou da estrutura: ajustando-o a uma realidade inexorável (Brown, 1991). Isso se desenvolve paralelamente à ênfase na teoria do controle do afeto. Como nesta última, a teoria da identidade pode ser testada por técnicas experimentais e de questionários. Teóricos como Stryker (1980) e Rosenberg (1979) tentam especificar o previsível processo pelo qual ocorrem a construção do papel e as mudanças na imagem. Outros, como Ralph

Turner, Viktor Gecas e Louis Zurcher, examinam a fluidez dos construtos de papéis, embora admitam que esses "*selves* mutáveis" (Zurcher, 1977) possuem estabilidade espacial, institucional e temporal.

Todos os interacionistas, por mais diferentes que sejam seus embasamentos teóricos, suas escolhas metodológicas e seus pressupostos quanto ao nível adequado de estabilidade e reificação, concordam que o *self* não é um objeto que possua um significado inerente, mas um construto cujo sentido é dado pelas escolhas do ator, mediadas pelas relações, situações e culturas em que está imerso.

MACROINTERACIONISMO

O ataque mais fácil sempre foi que a interação simbólica era uma microperspectiva sociológica, sem interesse em estrutura, nenhuma crença no poder das organizações e instituições, e nenhum construto para examinar esses assuntos (Maines, 1988; Strauss, 1991; Hall, 1987). Conforme foi observado anteriormente, quando se considerou o debate macro–micro, esse ataque sempre foi enganoso, uma vez que Blumer (1969), por exemplo, escrevia regularmente sobre unidades atuantes em vez de atores. Recentemente, contudo, os interacionistas têm discorrido mais conscientemente sobre assuntos macro-sociológicos, usando o nível intermediário da mesoestrutura.

Essa ênfase ganhou proeminência no influente artigo de David Maines (1977) na *Annual Review of Sociology*, intitulado "Social organization and social structure in symbolic interactionist thought", que enfatiza a tradição interacionista com interesse pela estrutura, pelas organizações e pelas instituições (veja Overington e Mangham, 1982). Os conceitos de ordem negociada (Kahne e Schwartz, 1978), restrição (Denzin, 1977; Farberman, 1975), rede (Fine e Kleinman, 1983; Faulkner, 1983), atividade coletiva (Becker, 1982; Gilmore, 1988) e significado simbólico (Schmitt, 1991; Manning, 1992) forneceram uma *entrée* à macroanálise.

Uma perspectiva compatível foi desenvolvida por teóricos organizacionais que reconhecem a importância da vívida experiência de estar em organizações (Dimaggio e Powell, 1991; Hodson, 1991) e dos efeitos de redes de significados e de cultura na vida organizacional. (Pfeffer,1981; Ouchi e Wilkins, 1985). Alguns teóricos organizacionais sugerem que as organizações são caracterizadas por sistemas "frouxamente acoplados" (Weick, 1976), são fundamentalmente anárquicas (Cohen *et al*., 1972) e têm culturas reconhecíveis (Zucker, 1977; Kamens, 1977). O fato de os atores serem "incorporados", no sentido de representarem posições ou agências, não significa que a perspectiva interacionista na ação social seja irrelevante. O fato de se tratar de "pessoas simbólicas" torna a perspectiva dramática e interpretativa mais poderosa, se ela admitir que esses atores são motivados pelo gerenciamento da impressão corporativa e limitados por estruturas organizacionais.

Embora os interacionistas ainda tenham muito que conquistar ao iniciar sua abordagem à análise econômica e política de sistemas sociais (veja Burawoy, 1979; Smith 1991), existe um argumento convincente de que os campos organizacionais (Strauss, 1982) são estruturados pela negociação simbólica, e, conseqüentemente, há pouca diferença relativamente às negociações de pequena escala. Finalmente, uma organização econômica localizada – um mercado de compradores e vendedores – emerge das condições estruturais em que está imersa. Embora aparentemente muito distantes do exame de sistemas interativos, todos os sistemas de larga escala estão, em última instância, fundamentados nos construtos simbólicos que os indivíduos usam ao enfrentar sua realidade local.

O INTERACIONISMO EM POLÍTICAS RELEVANTES

De acordo com alguns críticos, os interacionistas se interessam pouco em melhorar o mundo que os cerca, e são fundamentalmente apolíticos e apáticos (Gouldner, 1970; Huber, 1973). Esse ataque, dirigido a uma abordagem que descende da filosofia pragmatista, é estranho, pois o interacionismo representa a tradição filosófica americana de maior comprometimento para melhorar o mundo. Tanto Mead (Shalin, 1987) quanto Blumer (Wellman, 1988) tiveram forte inclinação política, evidente em seus escritos. Mead era um ativista progressista envolvido com as políticas progressistas de Chicago. Blumer foi, em períodos de sua carreira, um mediador trabalhista e mantinha firmes opiniões contra a discriminação racial. O primeiro estudo empírico importante de Blumer, financiado pelo Payne Study and Experiment Fund (Blumer, 1933), focava uma política específica – examinar os efeitos dos filmes na juventude (Denzin, 1992; Clough, 1988).

Dois argumentos foram propostos para explicar por que os interacionistas não estão ativamente envolvidos no debate e na ação política: um metodológico e

um teórico. Metodologicamente, uma vez que os interacionistas freqüentemente evitam as técnicas estatísticas, suas conclusões são encaradas com ceticismo por políticos antagônicos, ao sustentarem que a tendenciosidade do pesquisador individual infecta os dados. Não há dúvida de que quando os criadores de políticas estiverem convencidos da conveniência de haver dados objetivos, precisos e confirmáveis, então assim se fará, mas há uma disposição crescente de examinar as avaliações correspondentes ao entendimento dos atores (Patton, 1980).

Teoricamente, os interacionistas acreditam que a verdade é um construto social, mas essa posição não pode ser equacionada com a afirmação de que qualquer curso de ação é bom, seja qual for. Entretanto, se a verdade é fundada na perspectiva de cada um, isso quer dizer que a ação do estado que restringe a escolha individual é injustificável, porque ninguém pode fazer uma escolha responsável em lugar de outro. Conseqüentemente, o interacionismo é visto como profundamente anárquico (Lofland, 1988) ou libertário (Fine, 1993). Contudo, se alguém especifica objetivos coletivos, reconhecidos de um ponto de vista político ou cultural, os pesquisadores podem proporcionar meios para que esses objetivos ou expedientes sejam alcançados. Além disso, uma posição relativista radical nunca foi central no interacionismo, uma vez que as realidades implacáveis e os significados coletivos há muito têm sido reconhecidos. Embora se possa argumentar, de um nível esotérico teórico, que a discriminação social ou o espancamento de crianças podem ser definidos como um direito, dentro da sociedade em que vivemos, dentro do nosso universo de discurso, essas escolhas são repugnantes.

Os interacionistas têm-se dedicado tanto ao tópico genérico de pesquisa de políticas (Estes e Edmonds, 1981) quanto a outros domínios de políticas aplicadas específicas (Kreps, 1989; Glassner e Freedman, 1979; Corbin e Strauss, 1988). De fato, a interação simbólica agora está ganhando crescente influência em áreas profissionais como trabalho social, enfermagem, educação e artes cênicas. Na prática, a pesquisa interacionista é valiosa para os que desejam fazer do mundo um lugar melhor e mais seguro para viver.

DE ONDE VEM A INTERAÇÃO SIMBÓLICA?

Somos desafiados a medir uma ampla e vibrante perspectiva: a interação simbólica contemporânea possui esses dois atributos. No meu título, enunciei um triplo paradoxo: como o interacionismo pode estar simultaneamente morto, desaparecido e triunfante? Cada uma dessas alegações se refere aos fenômenos descritos acima: fragmentação, expansão, incorporação e adoção da interação simbólica. Essas características, que uma vez compeliram o interacionismo simbólico a sua postura de oposição, agora têm menos significância, levantando a seguinte questão: a posição do interacionismo simbólico foi redefinida ou não? O interacionismo simbólico vai confrontar a disciplina a partir de um ponto de vista exterior, ou já ocorreram mudanças substanciais, que alteraram a missão daqueles que se nutriram nas Três Premissas de Blumer? Como muitos grupos "específicos", acabamos, afinal, sendo enquadrados?

Espólio

Num certo sentido, não há evidência de espólio na interação simbólica: a teoria não foi descartada como velha, irrelevante, errônea ou inútil. Organizacionalmente ocorreu um crescimento. Talvez alguns digam que houve declínio no número de estudantes pós-graduados ou de centros de treinamento, mas aí se pode contestar que o treinamento pós-graduado tornou-se mais abrangente. Pelo contrário, o espólio – se o chamarmos assim – resulta da fragmentação e da percepção de que poucas crenças centrais são aceitas universalmente. A morte de Herbert Blumer custou à perspectiva a perda de seu líder carismático. O periódico *Symbolic Interaction* publica artigos cujos autores não se consideram interacionistas nem são assim considerados. Outros autores intelectualmente compatíveis com o interacionismo não usam esse termo para se definirem, não porque o crêem estigmatizante, mas porque é irrelevante. Hipóteses centrais desapareceram como geradoras de pesquisas e não foram substituídas: a perspectiva é multifocal. O centro não se manteve.

Desaparecimento

Enquanto existir um periódico, uma organização ou pessoas que se filiem à legenda, o interacionismo simbólico não vai desaparecer. Contudo, os limites que separam essa perspectiva da disciplina como um todo turvaram-se, tornaram-se incertos; em outras palavras, os conceitos do interacionismo foram doados às teorias predominantes. Não se trata apenas da falta de um centro, mas da existência de uma periferia que não pertence somente à perspectiva. Temos necessidade de

um grupo de sociólogos que se intitulam com essa antiga alcunha, enquanto outros compartilham seu trabalho?

Triunfo

Como observado, os conceitos do interacionismo tornaram-se, em boa medida, a maioria dos conceitos da sociologia. Essa não é seguramente uma conquista insignificante para uma perspectiva que recentemente recebeu a pecha de exaurida. Os principais periódicos da disciplina atualmente publicam pesquisas interpretativas e qualitativas, escritas de numerosos pontos de vista. O construcionismo social, a sociologia das emoções, a teoria da identidade, a reviravolta pós-moderna, a cultura organizacional, a ordem negociada, a análise retórica, a reconstrução do passado, a sociologia da temporalidade, e a análise de gênero, classe e raça, tudo são conquistas interacionistas e situam-se nos seus quadros, mesmo que as contribuições a essas áreas sejam mais vastas que o interacionismo por si só.

Se o objetivo da interação simbólica é se manter como movimento oposicionista, então ela falhou, visto que, a cada dia, mais intrusos manifestam-se sobre seus tópicos centrais e mais correligionários ultrapassam seus limites, não se importando com suas medalhas de bravura. Contudo, se o objetivo final é desenvolver a abordagem pragmatista à vida social – que é uma visão do poder de criação do símbolo e da interação –, então a interação simbólica triunfou gloriosamente.

A previsão é de que o futuro é perigoso, mas também é evidente que o rótulo interação simbólica vai subsistir: ele abriga um clube sociável e animado. Seus periódicos vão continuar fortes. Além disso, descobriremos mais casamentos, mais intercâmbio e mais interação. A interação simbólica servirá como rótulo conveniente no futuro, mas servirá também como rótulo de pensamento?

NOTAS

[1] Tem havido numerosas histórias do desenvolvimento do interacionismo simbólico e de seus elos com a escola de sociologia de Chicago (veja, por exemplo, Fisher e Strauss, 1978; Harvey, 1987; Lewis e Smith, 1980).

[2] A interação simbólica foi declarada extinta anteriormente, especificamente na infame alegação – para os interacionistas – de Nicholas Mullins (1973, p. 98) de que a influência do interacionismo simbólico tinha chegado ao fim. Institucionalmente, a interação simbólica, com seus múltiplos periódicos e sua vibrante organização – a Society for the Study of Symbolic Interaction –, fundada em resposta ao obituário de Mullins e à áspera crítica de Huber (1973), está muito viva.

[3] Isso não significa que não haja interacionistas interessados nesses tópicos fora de moda, mas que agora há menos interesse neles.

[4] Deve-se admitir que alguns estudiosos entendem que a área está dividida em campos hostis (e.g. Lofland, 1990). Pondero sobre essa evidencia e aí vejo mais uma condição catequética. A verdadeira visão interacionista é que não existe condição verdadeira, mas sim um conjunto de preferências analíticas.

Agradeço a Carl Couch, Fred Davis, Norman Denzin, Jaber Gubrium, Lori Holyfield, Michael Katovich, Sherryl Kleinman e John Lofland por seus comentários aos esboços anteriores deste capítulo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADLER, P.; ADLER, P. A. *Blackboards and Backboards.* New York: Columbia Univ. Press, 1991.

ALEXANDER, J. *Twenty Lectures.* New York: Columbia Univ. Press, 1987.

ALTHEIDE, D. Symbolic interaction and "Uses and Gratification": towards a theoretical integration. *Communications*, v. 11, p. 73-82, 1985.

ANDERSON, E. *A Place on the Corner*. Chicago: Univ. Chicago Press, 1978.

ASHLEY, D. Marx and the category of "Individuality" in communist society. *Symb. Interact.*, v. 8, p. 63-83, 1985.

BALDWIN, J. D. Mead's solution to the problem of agency. *Sociological Inquiry*, v. 58, p. 139-61, 1988.

BATIUK, M. E.; SACKS, H. L. George Herbert Mead and Karl Marx: exploring consciousness and community. *Symb. Interact*, v. 4, p. 207-23, 1981.

BECKER, H. S. *Outsiders.* New York: Free, 1963.

BECKER, H. S. *Art Worlds.* Berkeley: Univ. Calif. Press, 1982.

BELLAH, R. N.; MADSEN, R.; SULLIVAN, W. M.; SWIDLER, A., TIPTON, S. M. *The Good Society.* New York: Knopf, 1991.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. *The Social Construction of Reality.* New York: Doubleday, 1966.

BEST, J. Typification and social problems construction. In: BEST, J. (Ed.). *Images of Issues*. Aldine: New York, 1989.

BILLIG, M. *Talking of the Royal Family.* London: Routledge, 1991.

BLANKENSHIP, R. L. Collective behavior in organizational settings. *Soc. Work Occup.*, v. 3, p. 151-68, 1976.

BLUMER, H. *Movies and Conduct.* New York: Macmillan, 1933.

BLUMER, H. *Symbolic Interactionism.* Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1969.

BLUMER, H. Mead and Blumer: the convergent methodological perspectives of social behaviorism and symbolic interactionism. *American Sociological Review*, v. 45, p. 409-19, 1980.

BROWN, J. D. The professional ex-: an alternative for exiting the deviant career. *Sociol. Q.*, v. 32, p. 219-30, 1991.

BUCHER, R. Pathology: a study of social movements within a profession. *Soc. Prob.*, v. 10, p. 40-51, 1962.

BURAWOY, M. *Manufacturing Consent*. Chicago: Univ. Chicago Press, 1979.

BURKE, P. The self: measurement implications from a symbolic interactionist perspective. *Soc. Psychol. Q.*, v. 43, p. 18-29, 1980.

BUSCH, L. History, negotiation, and structure in agricultural research. *Urban Life*, v. 11, p. 368-84, 1982.

CAREY, J. W. *Communication as Culture*. Boston: Unwin Hyman, 1989.

CHARMAZ, K. *Good Days, Bad Days*. New Brunswick, NJ.: Rutgers Univ. Press, 1991.

CLARK, C. Sympathy biography and sympathy margin. *American Journal of Sociology*. v. 93, p. 290-321, 1987.

CLIFFORD, J.; MARCUS, G. E. *Writing Culture*. Berkeley: Univ. Calif. Press, 1986.

CLOUGH, P. T. The movies and social observation: reading Blumer's movies and conduct. *Symb. Interact.*, v. 11, p. 85-97, 1988.

CLOUGH, P. T. Letters from Pamela: reading Howard S. Becker's writing(s) for social scientists. *Symb. Interact.*, v. 12, p. 159-70, 1989.

CLOUGH, P. T. *The End(s) of Ethonography*. Newbury Park, CA: Sage, 1992.

COHEN, J. About steaks liking to be eaten. *Symb. Interact.*, v. 12, p. 191-213, 1989.

COHEN, M. D.; MARCH, J. G.; OLSEN, J. P. A garbage can model of organizational choice. *Administrative Science Quarterly*, v. 17, p. 1-25, 1972.

COLLINS, R. On the micro-foundations of macro-sociology. *American Journal of Sociology*, v. 86, p. 984-1014, 1981.

COLLINS, R. Toward a neo-Meadian sociology of mind. *Symb. Interact.*, v. 12, p. 1-32, 1989.

CONRAD, P.; SCHNEIDER, J. W. *Deviance and Medicalization: From Badness to Sickness*. St. Louis: Mosby, 1980.

CORBIN, J., STRUASS, A. *Shaping a New Care System*. San Francisco: Jossey-Bass, 1988.

CORSARO, W.; RIZZO, T. Discussione and friendship: socialization procedures in the peer culture of American and Italian nursery school children. *American Sociological Review*, v. 53, p. 879-94, 1988.

COTTRELL, L. George Herbert Mead: the legacy of social behaviorism. In: MERTON, R. K.; RILEY, M. W. (Ed.). *Generation to Generation*. Norwood, NJ: Ablex, 1980. p. 45-65.

COUCH, C. J. Symbolic interaction and generic sociological principles. *Symb. Interact.*, v. 8, p. 1-13, 1984.

COUCH, C. J. *Researching Social Processes in the Laboratory*. Greenwich, CT: JAI, 1987.

COUCH, C. J. *Social Processes and Relationships a Formal Approach*. Dix Hills, NY: General Hall, 1989.

COUCH, C. J. Toward a formal theory of social processes. *Symb. Interact.*, v. 15, p. 117-34, 1992.

COUCH, C. J.; HINTZ, R. *Constructing Social Life*. Champaign, IL: Stipes, 1975.

COUCH, C. J.; SAXTON, S. L.; KATOVICH, M. A. (Eds.). *Studies in Symbolic Interaction: The Iowa School*. 2 vol. Greenwich, CT: JAI, 1986.

COUCH, C. J.; WEILAND, M. W. A study of the representative-constituent relationship. In: COUCH, C. J.; SAXTON, S. L.; KATOVICH, M. A. (Eds.). *Studies in Symbolic Interaction*. Greenwich, CT: JAI, 1986.

DAVIS, F. *Yearning for Yesterday*. New York: Free Press, 1979.

DAVIS, F. *Fashion, Culture, and Identity*. Chicago: Univ. Chicago Press, 1992.

DAWE, A. Theories of social action. In: BOTTOMORE, T.; NISBET. R. *A History of Sociological Analysis*. New York: Basic, 1978. p. 362-417.

DEEGAN, M. J.; HILL, M. (Eds.). *Women and Symbolic Interaction*. Boston: Allen & Unwin, 1987.

DENZIN, N. K. Notes on the criminogenic hypothesis: a case study of the American liquor industry. *American Sociological Review*, v. 42, p. 905-20, 1977.

DENZIN, N. K. *On Understanding Emotion*. San Francisco: Jossey-Bass, 1984a.

DENZIN, N. K. Towards a phenomenology of domestic family violence. *American Journal of Sociology*, v. 90, p. 483-513, 1984b.

DENZIN, N. K. Emotion as lived experience. *Symb. Interact.*, v. 8, p. 223-40, 1985.

DENZIN, N. K. Postmodern social theory. *Sociol. Theory*, v. 4, p. 194-204, 1986.

DENZIN, N. K. *The Recovering Alcoholic*. Newbury Park, CA: Sage, 1987.

DENZIN, N. K. *Symbolic Interaction and Cultural Studies*. Oxford: Blackwell, 1992.

DIMAGGIO, P., POWELL, W. W. Introduction. In: DIMAGGIO, P., POWELL, W. W. (Eds.). *The New Institutionalism in Organizational Analysis*. Chicago: Univ. Chicago Press, 1991. p. 1-38.

ELLIS, C. Sociological introspection and emotional experience. *Symb. Interact.*, v. 14, p. 23-50, 1991.

ERIKSON, K. *Wayward Puritans*. New York: Wiley, 1963.

ESTES, C. L.; EDMONDS, B. C. Symbolic interaction and social policy analysis. *Symb. Interact.*, v. 4, p. 75-86, 1981.

FALK, R. F., ANDERSON, W. D. Methodological conflicts in symbolic interaction. *Curr. Perspect. Soc. Theory*, v. 4, p. 23-35, 1983.

FARBERMAN, H. A criminogenic market structure: the automobile industry. *Sociol. Q.*, v. 16, p. 438-57, 1975.

FARBERMAN, H. Symbolic interaction and postmodernism: close encounter of a dubious kind. *Symb. Interact.*, v. 14, p. 471-88, 1991.

FAULKNER, R. R. *Music on Demand.* New Brunswick, NJ: Transaction, 1983.

FINE, G. A. Small groups and culture creation: idioculture of Little League baseball teams. *American Sociological Review*, v. 44, p. 733-45, 1979.

FINE, G. A. Negotiated orders and organizational cultures. *Annu. Rev. Sociol.*, v. 10, p. 239-62, 1984.

FINE, G. A. Organizational time: temporal demands and the experience of work in restaurant kitchens. *Soc. Forc.*, v. 69, p. 95-114, 1990a.

FINE, G. A. Symbolic interaction in a post-Blumarian age. In: RITZER, G. (Ed.). *Frontiers of Sociological Theory.* New York: Columbia Univ. Press, 1990b. p. 117-57.

FINE, G. A. Agency, structure, and comparative contexts: toward a synthetic interactionism. *Symb. Interact.*, v. 15, p. 87-102, 1992a.

FINE, G. A. Wild life: authenticity and the human experience of "natural" places. In: ELLIS, C.; FLAHERTY, M. G. *Investigating Subjectivity: Research on Lived Experience*. Newbury Park, CA: Sage, 1992b. p. 156-75.

FINE, G. A. *Talking Sociology.* Boston: Allyn & Bacon, 1993.

FINE, G. A.; CHRISTOPHORIDES, L. Dirty birds, filthy immigrants and the English sparrow war: metaphorical linkage in constructing social problems. *Symb. Interact.*, v. 14, p. 375-93, 1991.

FINE, G. A., KLEINMAN, S. Network and meaning: an interactionist approach to structure. *Symb. Interact.*, v. 6, p. 97-110, 1983.

FISHER, B.; STRAUSS, A. The Chicago tradition and social change: Thomas, Park and their successors. *Symb. Interact.*, v. 1, p. 5-23, 1978.

FLAHERTY, M. Multiple realities and the experience of duration. *Sociol. Q.*, v. 28, p. 313-26, 1987.

FLAHERTY, M. The erotics and hermeneutics of temporality. In: ELLIS, C.; FLAHERTY, M. G. *Investigating Subjectivity: Research on Lived Experience*. Newbury Park, CA: Sage, 1992b. p. 141-55.

FRESE, W., J. ROEBUCK, J. B. Symbolic interaction and social ecology: toward an articulation. *Sociol. Forum*, v. 3, p. 4-18, 1980.

GAMSON, W. A.; FIREMAN, B.; RYTINA, S. *Encounters with Unjust Authority.* Homewood, IL: Dorsey, 1982.

GEERTZ, C. Blurred genres: the refiguration of social thought. *Am. Scholar*, v. 49, p. 165-79, 1980.

GERGEN, K. J. *Towards Transformation in Social Knowledge.* New York: Springer Verlag, 1982.

GIERYN, T. Boundary-work and the demarcation of science from non-science: strains and interests in professional ideologies of scientists. *American Sociological Review*, v. 48, p. 781-95, 1983.

GILMORE, S. Schools of activity and innovation. *Sociol. Q.*, v. 29, p. 203-19, 1988.

GLASSNER, B.; FREEDMAN, J. *Clinical Sociology.* New York: Freeman, 1979.

GOFFMAN, E. *The Presentation of Self in Everyday Life.* Garden City: Anchor, 1959.

GOFFMAN, E. *Frame Analysis.* Cambridge: Harvard Univ. Press, 1974.

GOFFMAN, E. The interaction order. *American Sociological Review*, v. 48, p. 1-17, 1983.

GORDON, S. The sociology of sentiments and emotion. In: ROSENBERG, M.; TURNER, R. H. (Eds.). *Social Psychology: Sociological Perspectives.* New York: Basic, 1981. p. 562-92.

GOULDNER, A. *The Coming Crisis of Western Sociology.* New York: Basic, 1970.

GREGORY, S. W. JR. A quantitative analysis of temporal symmetry in microsocial relations. *American Sociological Review*, v. 48, p. 129-35, 1983.

GREGORY, S. W. Jr., LEWIS, J. Symbols of collective memory: the social process of memorializing, May 4, 1970, at Kent State Univ. *Symb. Interact.*, v. 11, p. 213-33, 1988.

GROSS, E. The social construction of historical events through public dramas. *Symb. Interact.*, v. 9, p. 179-200, 1986.

GUBRIUM, J. F. *Out of Control.* Newbury Park, CA: Sage, 1992.

GUSFIELD, J. The literary rhetoric of science: comedy and pathos in drinking driver research. *American Sociological Review*, v. 41, p.16-34, 1976.

HABERMAS, J. *The Theory of Communicative Action.* vol. II. Boston: Beacon Press, 1987.

HALL, P. Interactionism and the study of social organization. *Sociol. Q.*, v. 28, p. 1-22, 1987.

HARVEY, L. *Myths of the Chicago School of Sociology.* Aldershot: Avebury, 1987.

HEISE, D. R. *Understanding Events: Affect and the Construction of Social Action.* Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1979.

HEWITT, J. P. *Dilemmas of the American Self.* Philadelphia: Temple Univ. Press, 1989.

HILGARTNER, S.; BOSK, C. L. The rise and fall of social problems: a public arenas model. *American Journal of Sociology*, v. 94, p. 53-78, 1988.

HOCHSCHILD, A. R. *The Managed Heart.* Berkeley: Univ. Calif. Press, 1983.

HODSON, R. The active worker: compliance and autonomy at the workplace. *J. Contemp. Ethnography*, v. 20, p. 47-78, 1991.

HOLSTEIN, J. A. *Court Ordered Insanity.* New York: Aldine, 1993.

HOLSTEIN, J.; MILLER, G. (Eds.). *Constructionist Controversies.* New York: Aldine, 1993.

HOOD, T. C. Character is the fundamental illusion. *Q. J. Ideology*, v. 8, p. 4-12, 1984.

HOROWITZ, R. *Honor and the American Dream*. New Brunswick, NJ: Rutgers Univ. Press, 1983.

HUBER, J. Symbolic interaction as a pragmatic perspective: the bias of emergent theory. *American Sociological Review*, v. 38, p. 278-84, 1973.

JOAS, H. *G. H. Mead*. Cambridge, MA: MIT Press, 1985.

JOHNSON, C. The emergence of the emotional self: a developmental theory. *Symb. Interact.*, v. 15, p. 183-202, 1992.

KAHNE, M. J.; SCHWARTZ, C. G. Negotiating trouble: the social construction and management of trouble in a college psychiatric context. *Soc. Problems*, v. 25, p. 461-75, 1978.

KAMENS, D. H. Legitimating myths and educational organization: the relationship between organizational ideology and formal structure. *American Sociological Review*, v. 42, p. 208-19, 1977.

KATOVICH, M. Identity, time, and situated activity: an interactionist analysis of dyadic transactions. *Svmb. Interact.*, v. 10, p. 187-208, 1987.

KATOVICH, M.; COUCH, C. The nature of social pasts and their use as foundations for situated action. *Symb. Interact*., v. 15, p. 25-47, 1992.

KATOVICH, M.; DIAMOND, R. Selling time: situated transactions in a noninstitutional environment. *Sociol. Q.*, v. 27, p. 253-72, 1986.

KAUFMAN, D. *Rachel's Children*. New Brunswick, NJ: Rutgers Univ. Press, 1991.

KLEINMAN, S. Actors' conflicting theories of negotiation: the case of a holistic health center. *Urban Life*, v. 11, p. 312-27, 1982.

KLEINMAN, S.; FINE, G. A. Rhetorics and action in moral organization: social control of Little Leaguers and ministry students. *Urban Life*, v. 8, p. 275-94, 1979.

KREPS, G. L. Setting the agenda for health communication research and development: scholarship that can make a difference. *Health Commun.*, v. 1, p. 11-15, 1989.

KRIEGER, S. *The Mirror Dance*. Philadelphia: Temple Univ. Press, 1983.

KUHN, M. H.; MCPARTLAND, T. S. An empirical investigation of self-attitudes. *American Sociological Review*, v. 19, p. 68-76, 1954.

LAW, J. How much of society can the sociologist digest at one sitting?: the "macro" and the "micro" revisited for the case of fast food. *Stud. Symb. Interact.*, v. 5, p. 171-96, 1984.

LEVY, J. A. The staging of negotiations between hospice and medical institutions. *Urban Life*, v. 11, p. 293-311, 1982.

LEWIS, J. D.; SMITH, R. L. *American Sociology and Pragmatism*. Chicago: Univ. Chicago Press, 1980.

LINDESMITH, A. R. Symbolic interactionism and causality. *Symb. Interact.*, v. 4, p. 87-96, 1981.

LOFLAND, J. F. Interaction as anarchism. *SSSI* Notes, v. 14, p. 5-6, 1988.

LOFLAND, J. F.; LOFLAND, L. H. *Analyzing Social Settings*. Belmont, CA: Wadsworth, 1984.

LOFLAND, L. H. The social shaping of emotions: the case of grief. *Symb. Interact.*, v. 8, p. 171-90, 1985.

LOFLAND, L. H. Is peace possible?: an analysis of sociology. *Sociol. Perspect.*, v. 33, p. 313-25, 1990.

LYNXWILER, J.; SHAVER, N.; CLELLAND, D. A. The organization and impact of inspector discretion in a regulatory bureaucracy. *Soc. Problems*, v. 30, p. 425-36, 1983.

MAINES, D. Social organization and social structure in symbolic interacionismo thought. *Annu. Rev. Sociol.*, v. 3, p. 235-59, 1977.

MAINES, D. In search of mesostructure. *Urban Life*, v. 11, p. 267-79, 1982.

MAINES. D. Myth, text and interactionist complicity in the neglect of Blumer's macrosociology. *Symb. Interact.*, v. 11, p. 43-58, 1988.

MAINES. D.; SUGRUE, N.; KATOVICH, M. G. H. Mead's theory of the past. *American Sociological Review*, v. 48, p. 161-73, 1983.

MANNING, P. K. *Organizational Communications*. New York: Aldine, 1992.

MCCALL, M.; BECKER, H. S. (Ed.). *Symbolic Interaction and Cultural Studies*. Chicago: Univ. Chicago Press, 1989.

MCPHAIL, C. Blumer's theory of collective behavior: the development of a nonsymbolic interaction explanation. *Sociol. Q.*, v. 30, p. 401-23, 1989.

MCPHAIL, C.; REXROAT, C. Mead vs. Blumer: the divergent perspectives of social behaviorism and symbolic interactionism. *American Sociological Review*, v. 44, p. 449-67, 1979.

MEYER, J. W. From constructionism to new institutionalism: reflections on Berger and Luckmann. *Perspectives* (Newsletter for Theory Sect. American Sociological Association), v. 15, p. 11-12, 1992.

MEYER, J. W., ROWAN, B. Institutional organization: formal structures as myth and ceremony. *American Journal of Sociology*, v. 83, p. 340-63, 1977.

MILLER, D. *George Herbert Mead: Self, Language and the World*. Austin: Univ. Texas Press, 1973.

MILLER, D.; HINTZ, R.; COUCH, C. J. The elements and structure of openings. *Sociol. Q.*, v. 16, p. 479-99, 1975.

MILLER, G. *Enforcing the Work Ethic*. Albany: Suny Press, 1991.

MILLS, C. W. The professional ideology of social pathologists. *American Journal of Sociology*, v. 49, p. 165-80, 1942.

MITCHELL, R. G. Jr. *Mountain Experience*. Chicago: Univ. Chicago Press, 1983.

MULLINS, N. *Theories and Theory Groups in Contemporary American Sociology*. New York: Harper & Row, 1973.

NICHOLS, L. T. "Whistleblower" or "renegade": definitional contests in an official inquiry. *Symb. Interact.*, v. 14, p. 395-414, 1991.

OUCHI, W. G., WILKINS, A. L. Organizational culture. *Annu. Rev. Sociol.*, v. 11, p. 457-83, 1985.

OVERINGTON, M. A.; MANGHAM, I. The theatrical perspective in organizational analysis. *Symb. Interact.*, v. 5, p. 173-85, 1982.

PATTON, M. Q. *Qualitative Evaluation Methods.* Newbury Park: Sage, 1980.

PESTELLO, F.; VOYDANOFF, P. In search of mesostructure in the family: an interactionist approach to division of labor. *Symb. Interact.*, v. 14, p. 105-28, 1991.

PFEFFER, J. Management as symbolic action: the creation and maintenance of organizational paradigms. In: CUMMINGS, L. L.; STAW, B. M. (Eds.). *Research in Organizational Behavior.* 3 vol. Greenwich, Conn: JAI, 1981. p. 1-52.

PFOHL, S. The discovery of child abuse. *Soc. Problems*, v. 24, p. 310-23, 1977.

PRENDERGAST, C.; KNOTTNERUS. J. D. The new studies in social organization: overcoming the astructural bias. In: REYNOLDS, L. (Ed.). *Interactionism: Exposition and Critique*. Dix Hills, NY: General Hall, 1990. p. 158-85.

PRUS, R. Generic social process: maximizing conceptual development in ethnographic research. *J. Contemp. Ethnography*, v. 16, p. 250-93, 1987.

PRUS, R. *Pursuing Customers: An Ethnography of Marketing Activities*. Newbury Park: Sage, 1989.

RAMBO RONAI, C. The reflexive self through narrative: a night in the life of an erotic dancer/researcher. In: ELLIS, C.; FLAHERTY, M. G. (Eds.). *Investigating Subjectivity: Research on Lived Experience*. Newbury Park, CA: Sage, 1992. p. 125-37.

REYNOLDS, L. (Ed.). *Interactionism: Exposition and Critique.* Dix Hills, NY: General Hall, 1993.

RICHARDSON, L. The consequences of poetic representation: writing the other, rewriting the self. In: ELLIS, C.; FLAHERTY, M. G. (Eds.). *Investigating Subjectivity: Research on Lived Experience*. Newbury Park, CA: Sage, 1992. p. 125-37.

ROBINSON, D.; SMITH-LOVIN, L. Selective interaction as a strategy for identity maintenance: an affect control model. *Soc. Psychol. Q.*, v. 55, p. 12-28, 1992.

ROCHBERG-HALTON, E. *Meaning and Modernity.* Chicago: Univ. Chicago Press, 1987.

ROCK, P. *The Making of Symbolic Interactionism.* Totowa, NJ: Rowman & Littlefield, 1979.

ROSENBERG, M. *Conceiving the Self*. New York: Basic Books, 1979.

ROSENBERG, M. 1984. A symbolic interactionist view of psychosis. *J. Health Soc. Behav.*, v. 25, p. 289-302.

ROSENBLATT, R. Grief: the social context of private feelings. *J. Soc. Issues*, v. 44, p. 67-78, 1988.

ROSNOW, R. L.; GEORGEORDI, M. *Contextualism and Understanding in the Behavioral Sciences.* New York: Praeger, 1986.

SAXTON, S. Knowledge and power: reading the symbolic interaction journal texts. *Stud. Symb. Interact.*, v. 10, p. 9-24, 1989.

SCHEFF, T. J. Toward integration in the social psychology of emotions. *Annu. Rev. Sociol.*, v. 9, p. 333-54, 1983.

SCHMITT, R. Strikes, frames, and touchdowns: the institutional struggle for meaning in the 1987 National Football League season. *Symb. Interact.*, v. 14, p. 237-59, 1991.

SCHNEIDER, J. Social problems: the constructionist view. *Annu. Rev. Sociol.*, v. 11, p. 209-29, 1985.

SCHNEIDER, J. Troubles with textual authority in sociology. *Symb. Interact.*, v. 14, p. 295-319, 1991.

SCHWALBE, M. L. Language and the self: an expanded view from a symbolic interactionist perspective. *Symb. Interact.*, v. 6, p. 291-306, 1983.

SCHWARTZ, B. *George Washington: The Making of an American Symbol.* New York: Free, 1987.

SCIULLI, D. Reconsidering Blumer's corrective against the excesses of functionalism. *Symb. Interact.*, v. 11, p. 69-84, 1988.

SECKMAN, M. A., Couch, C. J. Jocularity, sarcasm, and relationships: an empirical study. *J. Contemp. Ethnogr.*, v. 18, p. 327-45, 1989.

SHALIN, D. N. The romantic antecedents of Meadian social psychology. *Svmb. Interact.*, v. 7, p. 43-65, 1984.

SHALIN, D. Pragmatism and social interactionism. *American Sociological Review*, v. 51, p. 9-29, 1986.

SHALIN, D. Socialism, democracy and reform: a letter and an article by George H. Mead. *Symb. Interact.*, v. 10, p. 267-78, 1987.

SHOTTER, J. A sense of place: Vico and the social production of social identity. *Br. J. Soc. Psychol.*, v. 25, p. 199-211, 1986.

SMITH, V. *Managing in the Corporate Interest.* Berkeley, CA: Univ. Calif. Press, 1991.

SMITH-LOVIN, L.; HEISE, D. R. (Ed.). *Analyzing Social Interaction: Advances in Affect Control Theory.* New York: Gordon & Breach, 1988.

SNOW, D.; ANDERSON, L. Identity work among the homeless: the verbal construction and avowal of personal identities. *American Journal of Sociology*, v. 92, p. 1336-71, 1987.

SNOW, D. A.; ROCHFORD, E. B. JR.; WORDEN, S. K.; BENFORD, R. D. Frame alignment processes, micromobilization, and movement participation. *American Sociological Review*, v. 51, p. 464-81, 1986.

SPECTOR, M.; KITSUSE, J. 1. *Constructing Social Problems.* New York: Aldine, 1977.

STONE, G. Appearance and the self. In: ROSE, A. M. (Ed.). *Human Behavior and Social Processes*. Boston: Houghton-Mifflin, 1962. p. 86-118.

STRAUSS, A. *Negotiations.* San Francisco: Josey-Bass, 1978.

STRAUSS, A. Interorganizational negotiation. *Urban Life*, v. 11, p. 350-67, 1982.

STRAUSS, A.; SCHATZMAN, L.; BUCHER. R., ERLICH, D.; SABSHIN, M. *Psychiatric Ideologies and Institutions.* Glencoe, IL: Free, 1964.

STRYKER, S. *Symbolic Interactionism: A Social Structural Version.* Reading, Mass: Cummings, 1980.

STRYKER, S. Symbolic interactionism: themes and variations. In: ROSENBERG, M.; TURNER, R. H. *Social Psychology: Sociological Perspectives.* New York: Basic, 1981. p. 3-29.

TAM, W. L. The symbolic interactionist "I" as ironist: toward alternative worlds. *Symb. Interact.*, v. 7, p. 175-89, 1984.

THOITS, P. A. Multiple identities and psychological well-being: a reformulation and test of the social isolation hypothesis. *American Sociological Review*, v. 48, p. 174-87, 1983.

THOITS, P. A. The sociology of emotions. *Annu. Rev. Sociol.*, v. 15, p. 317-42, 1989.

TUCKER, C. Herbert Blumer: a pilgrimage with pragmatism. *Symb. Interact.*, v. 11, p. 99-124, 1988.

TURNER, R. The real self: from institution to impulse. *American Sociological Review*, v. 81, p. 989-1016, 1976.

TURNER, R.. Role and the person. *American Sociological Review*, v. 84, p. 1-23, 1978.

VAN MAANEN, J. *Tales of the Field.* Chicago: Univ. Chicago Press, 1988.

WAGNER-PACIFICI, R.; SCHWARTZ, B. The Vietnam Veteran's Memorial: commemorating a difficult past. *American Sociological Review*, v. 97, p. 376-420, 1991.

WARSHAY, L. H.; WARSHAY, D. W. Symbolic interactionism: humanists vs. positivists. *Int. Soc. Sci. Rev.*, v. 62, p. 51-66, 1987.

WEICK, K. Educational organizations as loosely coupled systems. *Administrative Science Quarterly*, v. 21, p. 1-19, 1976.

WEIGERT, A. J. The social production of identity: metatheoretial foundations. *Sociol. Q.*, v. 27, p. 165-83, 1986.

WEIGERT, A. J. Transverse interaction: a pragmatic perspective on environment as other. *Symb. Interact.*, v. 14, p. 353-63, 1991.

WELLMAN, D. The politics of Herbert Blumer's sociological method. *Symb. Interact.*, v. 11, p. 59-68, 1988.

WILEY, J. A refracted reality of everyday life: the constructed culture of a therapeutic community. *Symb. Interact.*, v. 14, p. 139-63, 1991.

WILEY, M. G. Gender, work, and stress: the potential impact of role-identity salience and commitment. *Sociol. Q.*, v. 32, p. 495-510, 1991.

WILEY, N. The micro-macro problem in social theory. *Sociol. Theory*, v. 6, p. 254-61, 1988.

WINTER, J. A.; GOLDFIELD, E. C. Caregiver-child interaction in the development of the self: the contributions of Vygotsky, Bruner, and Kaye to Mead's theory. *Symb. Interact.*, v. 14, p. 433-47, 1991.

WOLFE, A. (Ed.). *America at Century's End.* Berkeley, CA: Univ. Calif. Press, 1991.

WOOD, M.; WARDELL, M. G. H. Mead's social behaviorism vs. the astructural bias of symbolic interactionism. *Symb. Interact.*, v. 6, p. 85-96, 1983.

WOOLGAR, S.; PAWLUCH, D. Ontological gerrymandering: the anatomy of social problems. *Soc. Problems*, v. 32, p. 214-27, 1985.

YOUNG, T. R. Chaos theory and symbolic interaction theory. *Symb. Interact.*, v. 14, p. 321-34, 1991.

ZERUBAVEL, E. If Simmel were a field worker: on formal sociological theory and analytical field research. *Symb. Interact.*, v. 3, p. 25-33, 1980.

ZERUBAVEL, E. *Hidden Rhythms.* Chicago: Univ. Chicago Press, 1981.

ZERUBAVEL. E. *The Fine Line.* New York: Free, 1991.

ZUCKER, L. The role of institutionalization in cultural persistence. *American Sociological Review*, v. 42, p. 726-43, 1977.

ZURCHER, L. *The Mutable Self.* Beverly Hills, CA: Sage, 1977.

ZURCHER, L. The war game: organizational scripting and the expression of emotion. *Symb. Interact.*, v. 8, p. 191-206, 1985.

Artigo originalmente publicado com o título "The sad demise, mysterious disappearance, and glorious triumph of symbolic interactionism", de Gary Alan Fine, na *Annual Review of Sociology*, v. 19, p. 61-87, 1993. Copyright © 1993 by Annual Reviews Inc. Todos os direitos são reservados.

Artigo convidado. Aprovado em 03.02.2005.

Gary Alan Fine
Professor do Departamento de Sociologia da Northwestern University.
Interesses de pesquisa nas áreas de psicologia social, sociologia da cultura, sociologia da ciência, sociologia qualitativa, teoria social e comportamento coletivo.
E-mail: g-fine@northwestern.edu
Endereço: Department of Sociology, Northwestern University, 1810 Chicago Avenue, Evanston, Illinois – USA, 60208-1330.